



Recebido em:  
04/08/2017  
Aprovado em:  
05/08/2017  
Editor Respo.: Veleida  
Anahi  
Bernard Charlort  
Método de Avaliação:  
Double Blind Review  
E-ISSN:1982-3657  
Doi:

## A HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM SERGIPE

ALESSANDRO ARAÚJO MENDES  
CLÁUDIA REJANE COSTA DE SOUZA VALENÇA  
JOSEVANIA PEREIRA DOS ANJOS

EIXO: 8. EDUCAÇÃO, CULTURA E RELIGIÃO

### RESUMO

Pesquisas na área da História da Educação são diminutas em face das outras áreas da Educação, tanto em Sergipe quanto no Brasil. Um incremento neste campo ocorreu a partir da década de 1990, mas mesmo assim, necessário se faz incentivar novas pesquisas sobre a História da Educação e suas nuances. A educação sempre esteve presente no Brasil, ou melhor, a partir de 1549 com a chegada dos padres jesuítas e a Companhia de Jesus, a qual tinha como objetivo catequizar e educar os brasileiros que aqui se encontravam, mas, principalmente, os índios, sendo esta iniciativa uma resposta à expansão ao protestantismo que se disseminava na Europa. A educação amadureceu ao longo dos séculos no Brasil e muitos movimentos ocorreram; muitos intelectuais se engajaram para o seu aprimoramento, além de ter se tornado uma ferramenta política.

**Palavras-chave:** Educação. História da educação. Historiografia.

### ABSTRACT

Research in the area of Education History is small compared to other areas of Education, both in Sergipe and Brazil. An increase in this field occurred from the 1990s, but even so, it is necessary to encourage new research on the History of Education and its nuances. Education was always present in Brazil, or better, from 1549 with the arrival of the Jesuit priests and the Company of Jesus, whose objective was to catechize and educate the Brazilians who were here, but mainly the Indians. This initiative a response to the spread of Protestantism in Europe. Education has matured over the centuries in Brazil and many movements have taken place; Many intellectuals have engaged in its improvement, and have become a political tool.

**Keywords:** Education. History of education. Historiography.

### INTRODUÇÃO

Este trabalho é uma pesquisa histórica e qualitativa, de cunho bibliográfico com ênfase em uma leitura descritiva e analítica das seguintes fontes bibliográficas: Bontempi (1995), Nascimento (2002), Souza (2009), Azevedo (1996), entre outros. Teve uma abordagem na Nova História Cultura e seu objeto é a História da Educação no Brasil e em

Sergipe.

Não adotamos um recorte temporal delimitado, tendo em vista que não lidei com um fato específico, isolado no tempo. Lidamos com fatos que se concatenam, articulando-se um com o outro ao longo dos tempos. Não nos aprofundamos nos períodos abordados de forma a detalhar os por menores de sujeitos, locais, instituições ou fatos, mas nos preocupamos, sim, em fazer um levantamento dos principais momentos históricos que interessam à História da Educação, claro, não desmerecendo os demais momentos por mim não apresentados.

Os objetivos deste artigo foram analisar o perfil da História da Educação no Brasil e em Sergipe; verificar a participação da igreja católica na educação ao longo da nossa história.

Como utilizamos a abordagem da Nova História Cultural, fizemos apropriações e utilizamos categorias diversas, tendo como principais conceitos de análise: História da Educação, História, educação, sociedade, elites e classes populares.

Abaixo apresentamos uma concepção de Chartier (1995) sobre Apropriação:

A apropriação tal como a entendemos visa a elaboração de uma história social dos usos e das interpretações, relacionadas às suas determinações fundamentais e inscritos nas práticas específicas que os constroem. Prestar, assim, atenção às condições e aos processos que muito concretamente são portadores das operações de produção de sentido, significa reconhecer, em oposição à antiga história intelectual, que nem as ideias nem as interpretações são desencadeadas, e que, contrariamente aos que colocam os pensamentos universalizantes, as categorias dadas como invariantes, sejam elas fenomenológicas ou filosóficas, devem ser pensadas em função da descontinuidade das trajetórias históricas. [...] a noção de **apropriação**, utilizada como instrumento de conhecimento, pode também reintroduzir uma nova ilusão: a que leva a considerar o leque das práticas culturais como um sistema neutro de diferenças, como um conjunto de práticas diversas, porém equivalentes. Adotar tal perspectiva significa esquecer que tanto os bens simbólicos como as práticas culturais continuam sendo objeto de lutas sociais onde estão em jogo sua classificação, sua hierarquização, sua consagração (ou ao contrário, sua desqualificação). (CHARTIER, 1995, p. 184). (grifo meu).

Segundo esta citação, a Apropriação possui um conjunto de simbologias que variam de pessoa para pessoa, de sociedade para sociedade em face de suas culturas, comportamentos, vida social, etc. É algo que se molda ao longo do tempo e evolui, modificando-se de acordo com a evolução dos sujeitos, da sociedade.

Já Representação pode ser definida como sendo a análise do trabalho que visa às “classificações e exclusões que constituem, na sua diferença radical, as configurações sociais e conceituais próprias de um tempo ou espaço” (CHARTIER, 1990, p. 27).

Para ele, o conceito de Representação

permite articular três modalidades da relação com o mundo social: em primeiro lugar, o trabalho de classificação e de delimitação que produz as **configurações** intelectuais múltiplas, através das quais **a realidade é contraditoriamente construída pelos diferentes grupos**; seguidamente, as práticas que visam fazer conhecer uma identidade social, **exibir uma maneira própria de estar no mundo**, significar simbolicamente um estatuto e uma posição; por fim, as formas institucionalizadas e objetivadas graças às quais uns ‘representantes’ (instâncias coletivas ou pessoas singulares) marcam de forma visível e perpetuada a existência do grupo, classe ou comunidade. (CHARTIER, 1990, p. 123). (grifo meu).

Segundo o entendimento de Chartier (1990) sobre Representação, o qual possui uma compreensão complexa, a

“realidade” as “práticas” de grupos diversos dando-lhes uma “identidade social”, um sentido de pertencimento ou mesmo a perpetuação de um comportamento ou uma marca que é perpetuada pelo “grupo, classe ou comunidade”.

A História da Educação visa pesquisar a educação desde o seu surgimento no Brasil. Muitos pesquisadores se identificam com um determinado período histórico, deixando de lado outros períodos, tão importantes quanto; isto pode ocorrer pela ausência de fontes ou de acesso às mesmas para desenvolver a pesquisa e acabam optando por períodos que possuem fonte fartas, facilitando a pesquisa.

Conceituando História, Veyne (1971) compreende que a História “é antes de tudo, um relato e o que se denomina explicação não é mais que a maneira de a narração se organizar em uma trama compreensível”. (VEYNE, 1971, p. 67).

Já Segundo Michel de Certeau (1975): “História é um discurso que produz enunciados ‘científicos’, se define com esse termo ‘a possibilidade de estabelecer um conjunto de regras que permitam ‘controlar’ operações proporcionais à produção de objetos determinados”. (CERTAU, 1975, p. 64).

Compreendendo o que é “educação”, Paiva (2000) entende que “[...] A educação é parte relevante de um processo mais amplo de socialização que tem a ver diretamente com as características e transformações da totalidade social [...]”. (PAIVA, 2000, p. 19).

Em relação a concepção de sociedade, Nascimento (2002), diz que:

é um organismo social complexo cuja organização interna representa um conjunto de ligações e relações sociais, econômicas e ideológicas, fundadas, em última análise, sobre o trabalho do homem. (NASCIMENTO, 2002, p. 07).

A sociedade é composta por pessoas as quais fazem parte de grupos e dentre estes grupos sociais existem denominações que as distinguem; sendo assim, muito comum encontrar na historiografia os termos: elite e povo.

As Elites são “setores diferenciados da população, especialmente a classe média [...] elites econômicas, os políticos e intelectuais” (SOUZA, 2009, p. 117).

Para compreender o que vem a ser classes populares, importante entender o que é Classe Social. Segundo Peres (2002), “é um fenômeno histórico, que ocorre efetivamente nas relações humanas” (E. Thompson, 1987). “Classe social não existe no abstrato, senão numa dada formação social e cultural”. (PERES, 2002, p. 14).

Assim, as Classes populares identificam “o conjunto de indivíduos marginalizados social, econômica e culturalmente”. Quais sejam: “desempregados, subempregados, crianças prestadoras de serviços domésticos, aprendizes de ofício ‘incorrigíveis’”. (PERES, 2002, p. 14). Já as Classes subalternas “são constituídas pela classe operária, pelos camponeses e também pelos povos coloniais”. (PERES, 2002, p. 15).

## **A PRODUÇÃO DA HISTÓRIA DA EDUCAÇÃO NO BRASIL E EM SERGIPE**

A importância em se desenvolver trabalhos na área da História da Educação no Brasil e em Sergipe possui um embasamento científico. Bontempi (1995) e Nascimento (2002) dão, respectivamente, esse aporte.

Bontempi (1995), a partir dos estudos de Warde realizou uma pesquisa com o objetivo de traçar o perfil da produção historiográfica de 1972 a 1988 no Brasil fazendo um levantamento de todos os bancos de teses e dissertações em História da Educação.

Analisando os escritos de Warde, Bontempi (1995) explica que “o exame de textos de História da Educação Brasileira indica, para a Autora, que os estudos históricos vêm sendo arquitetados no desconhecimento do que já foi produzido na área sobre os temas escolhidos [...]” (BONTEMPI, 1995, p. 8). Esse era o retrato do que se tinha à época de suas pesquisas. Os dados estatísticos dizem, por si só, que a produção na área da História da Educação era bem singela.

Para estes autores, as novas produções não se preocupavam em saber se havia estudos já realizados sobre determinado tema; assim, tornavam-se repetitivos.

Para evitar estas repetições de temas ou de produções tratando do mesmo assunto, Bontempi (1995) resolveu fazer uma pesquisa para traçar o perfil das produções acadêmicas em História da Educação. Desta forma, o autor aduziu que: “Já nos primeiros contatos com as fontes primárias [...] evidenciaram-se o caráter particular de produção do conhecimento histórico na área de Educação e a necessidade de um maior aprofundamento a fim de compreendê-lo criticamente”. (BONTEMPI, 1995, p. 12). Assim, logo foi possível verificar algumas evidências sobre a produção pesquisada; informando o autor a necessidade de aprofundamento de sua pesquisa para compreendê-la melhor. Em seguida, aconselhou que “cabe ao historiador, desde o ponto inicial de sua pesquisa, escolher acontecimentos e datas com os quais pretende compor séries inteligíveis para a sua narrativa”. (BONTEMPI, 1995, p. 14).

Assim, a delimitação do ponto de partida da pesquisa, bem como a escolha de um fato ou acontecimento para a construção da pesquisa é importante para que se possa desenvolver um raciocínio lógico e sequencial da narrativa do historiador. Pode-se dizer mais: o próprio fato em si já apresenta a delimitação temporal e espacial da pesquisa. Isto é importante para o pesquisador para não se perder e fugir do seu foco.

Segundo Bontempi (1995),

[...] embora não haja um critério objetivo a distinguir o que é histórico do que não o é, não se pode desconsiderar que o interesse do historiador dependa de uma série de aspectos que cercam o seu trabalho, que vão desde o estado da documentação, as suas preferências pessoais, as exigências de mercado, etc., até as convenções variáveis de gênero [...]. (BONTEMPI, 1995, p. 15).

Continuando suas análises, Bontempi (1995) vai apresentando qual o melhor caminho para a historiador percorrer antes mesmo de iniciar a pesquisa. Conforme citado acima, alguns pontos devem ser levados em consideração, como: interesse do pesquisador sobre o objeto, não só o estado da documentação, mas a sua disponibilidade, os interesses do mercado, entre outras variáveis que se apresentam no momento de escolha do objeto e início da pesquisa.

Na análise dos dados de sua pesquisa, Bontempi (1995) informa que os

[...] Sistemas de Ensino/Políticas Educacionais e Pensamento Educacional são os temas mais estudados, seguidos por Ensino Superior/Universidade e Educação Popular. Destaque-se também a agregação em torno de Educação e Trabalho e Profissionais da Educação e a insignificância do número de estudos em Historiografia da Educação Brasileira. (BONTEMPI, 1995, p. 44).

Destas análises, ficou bem clara a posição sobre a produção de estudos em Historiografia da Educação Brasileira, sendo uma “insignificância” os estudos nesta área. Dentre os escassos estudos sobre História da Educação Brasileira, Bontempi (1995) apresenta os períodos mais estudados:

Seguindo-se pela ordem os períodos de maior concentração de estudos...: República Populista (34,9%), Governos Militares (27,7%), a Primeira República (25,3%), o Estado Novo (9,6%) e Segunda República (4,8%) [...] Com efeito, o mais recuado dentre dos dois períodos republicanos – a Primeira República – é mais estudado do que a soma dos dois períodos imediatamente posteriores [...]. (BONTEMPI, 1995, p. 95).

A República Populista, os Governos Militares e a Primeira República são os períodos mais estudados, respectivamente, nas produções da História da Educação de 1972 a 1988. Poucos se interessam em pesquisar o

período colonial e imperial; talvez se justifique pela dificuldade de acesso às fontes.

Tendo contribuído para a pesquisa de Bontempi (1995), Jorge Carvalho do Nascimento (2002) realizou o levantamento dos dados em Sergipe sobre a produção em Historiografia da Educação em Sergipe, sendo o seu recorte temporal de 1916 a 2002.

Em Sergipe, os primeiros estudos sobre História da Educação datam de 1916, com Adolfo Ávila Lima, com a publicação: *Esboço histórico da instrução pública no Brasil*. Porém, o primeiro estudo nesta área que, efetivamente, teve compromisso com os métodos da história e com rigor metodológico foi feito por José Calasans, em 1951, com o *Ensino público em Aracaju (1830-1871)*. Sobre a historiografia sergipana, apenas cinco trabalhos trataram da História da Educação no período analisado: “a análise de Maria Thétis Nunes, um estudo de Anamaria Gonçalves Bueno de Freitas, um de Cristina Almeida Valença, um outro de autoria de Jorge Carvalho do Nascimento e mais um deste mesmo autor em parceria com Itamar Freitas”. (NASCIMENTO, 2002, p. 49).

As pesquisas na História da Educação em Sergipe tiveram caráter marxista a partir de 1962, que influenciaram pesquisadores, como: José Calasans; Nunes Mendonça e Thétis Nunes. A partir da década de 1990, houve influência weberiana em alguns trabalhos (NASCIMENTO, 2002, p. 52-55). Nascimento (2002) ainda salienta que os primeiros estudos sobre História da Educação em Sergipe se caracterizaram por iniciativas individuais dos pesquisadores, sem amparo de instituições (NASCIMENTO, 2002, p. 71), como foi o caso de Thétis Nunes. Destacou ainda o papel das Secretarias de Estado da Educação e do município de Aracaju, bem como da imprensa, como: Gazeta de Sergipe, Jornal da Cidade e Cinform; de Universidades e faculdades locais, entre outros, para o crescimento, estímulo e divulgação de trabalhos sobre História da Educação.

Segundo Nascimento (2002), “o fato é que, durante toda a primeira metade do século XX, apenas quatro trabalhos de História da Educação foram produzidos em Sergipe”. (NASCIMENTO, 2002, p. 23). Essa perspectiva continuou até o início da década de 1980. “Em média, em Sergipe, durante setenta e quatro anos, no período que vai de 1916 a 1980, se produziu um trabalho sobre História da Educação a cada quatro anos e meio”. (NASCIMENTO, 2002, p. 24). Somente

a partir da década de 1990, os estudos de História da Educação em Sergipe despertaram maior interesse e chamaram a atenção de uma grande massa de pesquisadores. [...] De 1996 a 2002, a História da Educação foi objeto de dezoito dissertações, sete livros e nove artigos produzidos por alunos e professores. (NASCIMENTO, 2002, p. 26- 27).

O autor estava a se referir à produção no NPGED – Núcleo de Pós-Graduação em Educação da Universidade Federal de Sergipe. Diante destas citações, é possível constatar a baixa produção na área de História da Educação em Sergipe, repetindo o mesmo perfil dos outros estados brasileiros, conforme se constatou nas pesquisas de Bontempi (1995), acima comentadas.

Desta forma, é relevante a discussão de temas como este em nosso Estado, seja do ponto de vista acadêmico, seja social, pois em ambas as situações, pesquisas sobre a História da Educação em Sergipe são necessárias para que se faça o registro da nossa identidade. Na primeira, para o incremento e desenvolvimento da pesquisa, as quais são escassas; na segunda, torna-se importante para que se registrem os fatos históricos para a posteridade, para servirem de fontes para futuras pesquisas.

O avanço dos estudos em História da Educação no Estado de Sergipe, na última década, permite, provisoriamente, uma única conclusão: há muito por fazer, porque cada época “tem de reescrever a história, sendo impossível um resultado definitivo o uma análise final”. (NASCIMENTO, 2002, p. 72).

A educação, no Brasil, teve início por intermédio da Igreja Católica ainda no Período Colonial. Sua influência se propagou pelo Período Imperial até os dias atuais, onde existem inúmeras e escolas renomadas pertencentes às diversas congregações religiosas, inclusive de nível superior, como é o caso das Pontifícias Universidades Católicas e

da rede de faculdades Dom Bosco (Salesianos).

A nossa sociedade não era laica durante o período colonial e imperial; tinha o catolicismo como religião oficial. A sociedade brasileira se inspirava nos modelos europeus: moda, comportamento e educação, com fortíssima influência francesa. Segundo Toledo (1995), sociedade consistia em:

um conjunto articulado de instituições, segundo o princípio da homeostase, onde os conflitos como perturbações da ordem social, o aparelho escolar é visto, inevitavelmente, como a instituição encarregada do processo de socialização. Através da inculcação dos valores, padrões de comportamento, das normas, da cultura, enfim, em todos os indivíduos imaturos, a sociedade socializa a si própria conforme as suas próprias convergências independentemente de interesses individuais ou grupais. (TOLEDO, 1995, p. 52).

Para Nascimento (2002), a sociedade era considerada como “um organismo social complexo cuja organização interna representa um conjunto de ligações e relações sociais, econômicas e ideológicas, fundadas, em última análise, sobre o trabalho do homem”. (NASCIMENTO, 2002, p. 07).

Assim, a inculcação de valores semeados no Brasil pelos católicos, mais especificamente pelos jesuítas e pela Companhia de Jesus, impuseram padrões religiosos, voltados para o misticismo, teologia e para a devoção, afastando-se das ciências. Esta foi a forma que a Igreja Católica teve para tentar inibir a Reforma Protestante que se disseminava pela Europa.

Diante disso, com a legitimação da monarquia portuguesa no Brasil, a Companhia de Jesus proibia a literatura profana. Esta significava, segundo Araújo (1999), o que “cheirasse à Renascença, nada de civilização antropocêntrica, por perigosa, amoral, sujeita a equívocos luteranos e calvinistas”. (ARAÚJO, 1999, p. 40).

A Cultura Jesuítica se manifestou aqui no Brasil Colônia como um mecanismo retórico para a ação missionária dos jesuítas, de forma imediatista. O Brasil dos Quinhentos ao Setecentos foi “[...] a pátria cultural dos jesuítas, de cuja educação emergem os vagidos de uma nesga de cultura literária, ainda que segregada no absolutismo teocêntrico”. (ARAÚJO, 1999, p. 31).

A ausência de pesquisas sobre educação durante o Período Colonial é preocupante, uma vez que a base da educação brasileira se deu com os jesuítas que aqui “reinaram” de 1549 a 1759, ano este em que foram expulsos por Marquês de Pombal.

Existem literaturas que afirmam que houve uma lacuna na educação desde a expulsão dos jesuítas até o ano de 1840, quando eles retornam ao país. Não houve essa lacuna, pois os jesuítas foram substituídos pelos padres oratorianos e a Companhia de Jesus, substituída pela Real Mesa Censória, composta apenas por religiosos católicos, dando continuidade à educação brasileira, porém, segundo as ideologias de Pombal e as exigências de Portugal (ARAÚJO, 1999, p. 79). Logo, não houve uma ruptura da Igreja Católica com Portugal (e Brasil) com a expulsão dos jesuítas e da Companhia de Jesus.

A expulsão dos jesuítas ocorreu porque eles estavam dominando a política, a economia, e a educação no Brasil e em Portugal, com a Companhia de Jesus. Aqui no Brasil, chegaram a cobrar impostos e a cobrar valores altíssimos pelas indulgências. A igreja queria dar uma resposta à Reforma Protestante que se disseminava na Europa, o que os católicos chamaram de Contra-Reforma, expandindo a sua doutrina e seus poderes nas colônias dos países que a tinha como religião oficial.

Também pode-se encontrar informações de que a lacuna deixada com a expulsão dos jesuítas se prolongou até o ano de 1930. Este ano é tido como um marco para a educação brasileira porque foi a partir de então que se iniciou, efetivamente, a elaboração de políticas públicas voltadas para a educação, sob a ditadura de Getúlio Vargas. Mas isto não significa dizer que antes desta data não havia desenvolvimento de educação no Brasil; pelo contrário como já comentado, houve uma gradativa evolução do período colonial até o século XIX em face de leituras e livros que aqui circularam, inaugurações de bibliotecas, faculdades, entre outros, graças aos esforços dos imperadores, especialmente: D. João VI e D. Pedro II. (AZEVEDO, 1996, p. 553-554; 576-577).

Em 1931, a Confederação Católica Brasileira da Educação saiu em combate ao Manifesto dos Pioneiros da Educação Nova, encabeçado por Fernando de Azevedo. A força da Igreja Católica era tamanha que se permitiu o ensino religioso nas escolas públicas, mesmo diante do movimento da Escola Nova. (TOLEDO, 1995, p. 67; 73).

Ainda hoje existe um grande número de escolas sergipanas ligadas a congregações religiosas católicas, com forte influência na educação local, como é o caso, por exemplo do: Colégio Arquidiocesano, Colégio Patrocínio São José e o centenário Colégio Salesiano. Dentre os colégios particulares católicos, destaca-se o Colégio Salvador. Todos situados em Aracaju/SE.

Outrossim, a forte presença da Igreja Católica no Brasil e, por conseguinte, em Sergipe, não significou exclusividade, pois existem pesquisas realizadas que demonstraram a presença de outras religiões que se interessaram no campo da educação, como é o caso dos Protestantes, como bem demonstrou Vilas-Bôas (2000), em sua dissertação de mestrado: *Origens da educação protestante em Sergipe: 1884-1913*. (NASCIMENTO, 2002, p. 121). O Colégio Americano Batista, por exemplo, é uma escola protestante bem conceituada da capital sergipana.

Outrossim, nos idos de 1592, tem-se notícias de protestantes em Sergipe; é o caso de um francês de nome Nicolau Luís, casado com uma mameluca, denominada Luísa Fernandes. (NASCIMENTO, BARRETO, 2007, p. 4). No entanto, como em todo o Brasil, a Contra-Reforma proibia e fiscalizava a circulação de livros e impressos ditos profanos e heréticos, além de observar as atitudes dos estrangeiros que aqui se estabeleciam, principalmente os franceses.

Curiosamente, em quatro inventários pesquisados por Araújo (1999) em Sergipe, datados, respectivamente, de: 1826, 1829, 1843 e 1845, não foram encontrados livros ou textos voltados para a doutrina católica. Porém, encontrou-se, em verdade, um livro tratando sobre judeus, no inventário de Manoel Clemente Cavalcante de Albuquerque, de 1826. Neste inventário, também se relacionou vários livros tratando da história da França e da Inglaterra. Assim, pode-se supor que estes livros podem ter trabalhado temáticas religiosas, dentre elas, o catolicismo, uma vez que este nasceu na Europa, cresceu e deu apoio ao desenvolvimento de vários países europeus. (ARAÚJO, 1999, p. 303-304).

A História é construída com os fatos que se sucedem no tempo e que refletem uma situação ou consequência no futuro (ou no presente que se vai) de onde se pode visualizar os acontecimentos pretéritos e se fazer uma análise. Certo, mais do que nunca, entendo que as instituições em geral tiveram seu papel em certos momentos da história, com suas concepções, representações e apropriações, da mesma forma que as atuais instituições agem de acordo com as suas necessidades e momento sócio-político-econômico; talvez, no futuro, tais percepções sobre tais fatos sejam diferentes. Assim é feita a História.

## REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARAÚJO, Jorge de Souza. **Perfil do leitor colonial**. Salvador: UFBA, Ilhéus: UESC, 1999.

AZEVEDO, Fernando de. As origens das instituições escolares. In: A cultura brasileira. Parte III – **A transmissão da cultura**. 6ª Ed. Brasília: Ed UnB, 1996, p. 545-601.

BONTEMPI Junior, Bruno. **História da educação brasileira: o terreno do consenso**. São Paulo, PUC. Dissertação – Mestrado em Educação. 1995.

BRANDÃO, Zaia. **A intelligentsia educacional** – Um percurso com Paschoal Lemme por entre as memórias e a histórias da Escola Nova no Brasil. Bragança Paulista/SP: IFAN-CDAPH. Editora da Universidade São Francisco / EDUS, 1999.

CARVALHO, Marta Maria Chagas de. **Molde Nacional e fôrma cívica: higiene, moral e trabalho no projeto da Associação Brasileira de Educação (1924-1931)**. Bragança Paulista EDUSF, 1998.

\_\_\_\_\_. Por uma história cultural dos saberes escolares. In: Congresso Luso-brasileiro de história da educação, 2. São Paulo. USP. Faculdade de Educação, 1998.

CHARTIER, Roger. **A história cultural** – entre práticas e representações. Lisboa: Difel, 1990.

DE CERTEAU, Michel. L'Écriture de l'histoire. Paris: Gallimard, 1975. (Trad. Português: **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982).

HORTA, José Silvério Baía. **O hino, o sermão e a ordem do dia**: regime autoritário e a educação no Brasil (1930-1945). Rio de Janeiro: UFRJ, 1994.

NASCIMENTO, Ester Fraga Vilas-Bôas Carvalho do; BARRETO, Raylane Andreza Dias Navarro. **Livros proibidos no Brasil colonial**. In: 16º COLE - No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las, 2007, Campinas. Anais Eletrônicos do 16º COLE - No mundo há muitas armadilhas e é preciso quebrá-las. Campinas: Unicamp, 2007. v. 1. p. 1-10.

NASCIMENTO, Jorge Carvalho do. **Historiografia educacional sergipana**: uma crítica aos estudos de História da Educação. São Cristóvão, UFS, 2002.

PERES, Elaine Teresinha. **Templo de luz**: os cursos noturnos masculinos de Instrução primária da Biblioteca Pública Pelotense (1875-1925). Pelotas: Seiva Publicações, 2002.

SOUZA, Rosa de Fátima. **Alicerces da pátria**: História da escola primária no estado de São Paulo (1890-1976). Campinas: Mercado de Letras, 2009.

THOMPSON, E. P. **A miséria da teoria**. Rio de Janeiro: Zahar, 1981.

TOLEDO, Maria Rita de Almeida. **Fernando de Azevedo e a Cultura Brasileira ou as aventuras e desventuras do criador e da criatura**. São Paulo, PUC. (Dissertação – Mestrado em Educação). 1995.

VASCONCELOS, Maria Celi Chaves. **A casa e seus mestres**: a educação no Brasil dos Oitocentos. Rio de Janeiro: Gryphus, 2005.

VIDAL, Diana G. **O Exercício Disciplinador do Olhar**: livros, leituras e práticas de formação docente do Instituto de Educação do Distrito Federal (1932-1927). Bragança Paulista: Editora da Universidade de São Francisco, 2001.

VIDAL, Diana G; SCHWARTZ, Cleonara M. Sobre Cultura Escolar e História da Educação: questões para debate. IN: VIDAL, Diana G; SCHWARTZ, Cleonara M. **História das Culturas Escolares no Brasil** (orgs.). Vitória: EDUFES, 2010, p.13-35.

VAGO, Tarcísio Mauro. **Cultura escolar, cultivo de corpos**: educação física e ginástica como práticas constitutivas dos corpos de crianças no ensino público primário de Belo Horizonte. Bragança Paulista. EDUSF, 2002.

## NOTAS

Professor de Instituição de Ensino Superior e Doutorando em Educação pela Universidade Federal de Sergipe. Co-coordenador do NEABIT - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e de Povos Tradicionais - da Faculdade Maurício de Nassau – Aracaju. Membro do GEPHED: Grupo de Estudos e Pesquisas em História da Educação: Memórias, sujeitos, saberes e práticas educativas da Universidade Federal de Sergipe. E-mail: sandroaless@bol.com.br.

Graduanda em Pedagogia. Membro do Grupo de Estudo e Pesquisa em Educação, Sociedade e Diversidade. E-mail: crcsvalenca@hotmail.com

Assistente Social com especialização em Gestão Contemporânea de Recursos Humanos e MBA em Gestão de Pessoas; Mestranda em Educação pela Universidade Autônoma do Sul (Paraguai). Membro participante do NEABIT - Núcleo de Estudos Afro-brasileiros, Indígenas e de Povos Tradicionais - da Faculdade Maurício de Nassau – Aracaju.